

# **AFIRMAÇÃO DO IDEAL COMUNISTA**

## **9ª CONFERÊNCIA NACIONAL DA UDP**



# Caderno da 9ª Conferência Nacional da UDP

---



*Lisboa – Hotel Zurique, 11 de abril de 2015*

Corpos sociais eleitos .....	1
Minuta das Votações .....	2

## **Documentos aprovados**

Tese “A afirmação do ideal comunista no confronto com a austeridade” .....	3
Proposta de Homenagem a Paulo Martins .....	11
Relatório da Comissão de Direitos .....	12
Relatório de Atividades da DN UDP 2014/15 .....	13

## **Anexos**

1 – Saudação da União do Povo Galego .....	16
2 – Lista A – afeta à tese “A afirmação do ideal comunista no confronto com a austeridade” .....	17
3 – Lista B - afeta à tese “Na era da austeridade” .....	18
4 – Teses Alternativas “Na era da austeridade” .....	19
5 – Proposta de alteração ao regimento A .....	25
6 – Proposta de alteração ao regimento B .....	26

# Corpos sociais eleitos 9ª CN UDP

---

## Mesa da Conferência Nacional

Presidente: Luís Filipe Pereira

Vice-Presidente: Pedro Oliveira

Secretária: Fátima Barata

Secretário: Vítor Edmundo

Secretário: Vítor Ruivo

## Comissão de Direitos

Presidente: José Castro

Vice-Presidente: Miguel Pinto

Secretário: Timóteo Macedo

Secretária: Helena Oliveira

## Direção Nacional

Presidente: Mário Durval (lista A<sup>1</sup>)

Almerinda Bento (lista A)

Ana Paula Canotilho (lista B<sup>2</sup>)

Bruno Góis (lista A)

Carlos Santos (lista B)

Cipriano Pisco (lista A)

Fátima Pinheiro (lista A)

---

<sup>1</sup> lista A afeta à tese “A afirmação do ideal comunista no confronto com a austeridade” (pp. 3-10).

<sup>2</sup> lista B afeta à tese “Na era da austeridade” (pp. 19-24).

# Minuta das Votações

---

**Relatório da Comissão de Direitos** *aprovado por maioria.*

**Regimento da Sessão Final** *aprovado por maioria*<sup>3</sup>.

Alteração à alínea a) do ponto 5<sup>4</sup> sobre número de membros da DN: *aprovada* a proposta A (DN com 7 membros) com 73 votos a favor. A proposta B (DN com 30 membros) teve 25 votos a favor e *não foi aprovada*. Registaram-se 7 abstenções A alteração da alínea d) do ponto 5 (alargamento do período de votação) foi *aprovada por maioria*<sup>5</sup>.

**Relatório de Atividades** *aprovado* com 74 votos a favor; 20 votos contra; e 6 abstenções.

**Relatório de Contas** *aprovado* com 87 votos a favor; 3 votos contra; e 9 abstenções.

## Teses

Tese A “A afirmação do ideal comunista no confronto com a austeridade”: 71 votos a favor.

Tese B “Na era da austeridade”: 25 votos a favor.

2 abstenções.

## Corpos Sociais

### Comissão de Direitos

*Eleita* com 88 votos a favor; 9 votos contra; 11 abstenções; 2 votos brancos e 2 votos nulos.

### Mesa da Conferência

*Eleita* com 93 votos a favor; 8 votos contra; 6 abstenções; 2 votos brancos e 3 votos nulos.

### Direção Nacional

Lista A – 80 votos (71,4%) 5 mandatos

Lista B – 30 votos (26,8%) 2 mandatos

Votos brancos – 2 (1,8%)

**Proposta de homenagem a Paulo Martins** – *aprovada* com 3 abstenções e sem votos contra.

---

<sup>3</sup> Aprovada proposta global conforme da [Tribuna 1](#) corrigida pelas alterações aprovadas, em anexo (p.25).

<sup>4</sup> Propostas de alteração em anexo ao presente caderno (pp. 25 e 26).

<sup>5</sup> Propostas de alteração em anexo ao presente caderno (p. 25).

# Tese “A AFIRMAÇÃO DO IDEAL COMUNISTA NO CONFRONTO COM A AUSTERIDADE”

---

## I – Solidariedade e a esperança dos povos da Europa está na aliança para a transformação social

**A esquerda europeia deve avançar como oposição e alternativa nesta crise do sistema político-económico. O caminho é o da transformação social numa aliança dos povos europeus contra a austeridade. O caminho imediato é o da rejeição do Tratado Orçamental. A derrota do Tratado Orçamental é a derrota da orientação reacionária da *troika*. A *troika* é a cara da Europa atual.**

8ª Conferência Nacional da UDP, Almada, 7 e 8 de dezembro de 2013

1 - A vitória da Esquerda Radical/SYRIZA nas eleições legislativas gregas de 25 de janeiro de 2015 foi um momento histórico para a luta dos trabalhadores e dos povos na Europa. No SYRIZA juntam-se muitas forças de esquerda com um programa anti-austeridade e de luta pelos direitos sociais e políticos, nomeadamente forças que se reivindicam comunistas ou de inspiração marxista. As mobilizações sociais foram a base do avanço dessa Esquerda Radical.

2 – A vitória da Esquerda Radical na Grécia abre uma enorme fenda na propaganda da inevitabilidade e na tese da submissão eterna dos povos. Esse facto constitui um espaço de progresso da esquerda no debate ideológico.

3 - Desde o início da intervenção da *troika* – Fundo Monetário Internacional / Comissão Europeia / Banco Central Europeu – os protestos e as greves na Grécia foram impressionantes. Do mesmo modo, a resistência viu na auto-organização popular uma resposta à exclusão de milhares de pessoas dos serviços públicos na Grécia. Essa resposta criou desde hospitais sociais (com médicos e enfermeiros voluntários) até aulas de música gratuitas para crianças, passando inclusivamente pelo ensaio de uma cooperação direta entre produtores agrícolas e consumidores citadinos para resistir à fome a que a austeridade condenava o povo grego.

4 – O SYRIZA, os seus militantes e os seus eleitos e eleitas participaram ativamente no protesto e resistência grega. Foi assim que a Esquerda Radical avançou como “oposição e



alternativa nesta crise do sistema político-económico”. Sem acenar com ilusões de um governo de pseudo-esquerda liderado por um membro da Internacional Socialista (PASOK), a Esquerda Radical grega fez o caminho da alternativa que rompeu com a alternância. Enquanto isso, os governistas do DIMAR e os seus atuais 0,49%, quando muito, ganharam um lugar nos rodapés da história da capitulação.

5 – O avanço social e político da esquerda da Grécia não tem precedentes nas últimas décadas na Europa. Como também não tem precedentes recentes a capacidade organizativa dessa esquerda frente a um processo de destruição social que detonou um quarto do Produto Interno Bruto e expulsou do mundo do trabalho mais de um quarto da população ativa. O quadro político-social grego tem portanto características muito particulares.

6 – A implementação do programa anti-austeridade do Governo liderado pelo SIRIZA deu sinais positivos logo nos primeiros dias. A intenção de reposição do salário mínimo anterior aos cortes da *troika* (751 euros), a reposição do 13.º mês para as pensões mais baixas, eletricidade gratuita para 300 mil agregados familiares, cancelamento da privatização da DEH – Empresa Pública de Energia e início da reversão da privatização do Porto de Pireu são provas de defesa dos interesses imediatos dos trabalhadores e do povo grego.

7 – Este confronto social dentro e fora de fronteiras não será fácil. O povo grego está a desafiar os interesses da finança internacional, da burocracia europeia e da burguesia grega colaborante e dependente do imperialismo europeu. Do mesmo modo, o descontentamento com a vitória da Esquerda Radical na Grécia não se faz sentir apenas pela voz da chanceler alemã Angela Merkel. Também a República Popular da China já se manifesta preocupada pelo facto de os interesses da Cosco – China Ocean Shipping Company – serem prejudicados pelo travão do Governo do SYRIZA à privatização do Porto de Pireu. Com mais ou menos prudência, as várias faces do imperialismo global desafiam a emancipação do povo grego.

8 – Com a entrada de um governo liderado pela Esquerda Radical no palco da política europeia torna-se difícil o teatro de sombras. O Governo alemão (CDU-SPD) liderado por Merkel teve de pôr a Alemanha a descoberto na sua afirmação de potência dominante. Se dúvidas houvesse, a hegemonia alemã na atual União Europeia fica clara quando o acordo negociado pelo presidente da comissão europeia Jean-Claude Juncker é retirado pelo ministro alemão Schäuble. Fica a nota de que o Governo Passos/Portas e o Governo do Estado Espanhol quiseram destacar-se na fotografia do ataque à Grécia, numa clara manifestação de que o discurso e a prática da austeridade não podem ser desafiados, sob pena de revelar que afinal

há alternativas ao sangramento que estão a fazer aos povos dos seus próprios países. No entanto, se a voz que contou do poder dos dominantes teve de falar alemão, perante o silêncio lacaio e os aplausos rasteiros dos demais governos, o que também ficou a descoberto foram as fragilidades do Governo Grego – ou de qualquer outro governo nacional que estivesse no seu lugar – num contexto de isolamento.

9 - Menos de um mês após a entrada em funções o novo Governo da Grécia teve a pistola do corte de liquidez apontado à cabeça pelo Banco Central Europeu. Foi nessas circunstâncias, e sem apoio de qualquer outro governo, que o Governo da Grécia enfrentou as negociações no Eurogrupo. Das negociações o Governo Grego conseguiu principalmente tempo, quatro meses, para: prosseguir a sua instalação no aparelho de Estado, prosseguir a luta constante por alternativas e iniciar a implementação do seu programa. O apoio popular ao SYRIZA na Grécia cresce apesar de mesmo dentro das fileiras do partido haver descontentamento com as cedências.

10 – As vitórias simbólicas sobre a extinta “troika” deixaram persistir as avaliações pelas mesmas “instituições”, com a diferença que se passou do campo fechado do controlo “técnico” dos funcionários da “troika” para um espaço um pouco mais amplo onde o debate ganha um perfil político e as medidas são propostas pelo Governo. Novas privatizações foram travadas mas não haverá lugar a nacionalizações; as reformas não são contra os salários, por via direta ou indireta, mas contra a evasão fiscal e dívidas à segurança social, com castigo para os poderosos e renegociações e perdões para os mais pobres e para as pequenas e médias empresas.

11 – Um país como a Grécia, com apenas 11 dos 334 milhões de habitantes da zona euro e com apenas 2% da produção anual da União Europeia, vê-se preso numa tenaz internacional quando a solidariedade internacional ainda não tem o poder necessário. Nem liderar um governo nacional é suficiente, nem a solidariedade e as alternativas internacionais estão ainda à altura de enfrentar o domínio imperial das burguesias europeias. As manifestações de apoio ao povo grego, durante as negociações, foram um aspeto positivo mas limitado. Também a perspetiva de governos anti-austeridade no Estado Espanhol e na Irlanda está ainda longe de ser uma realidade, pois o seu calendário está muito para além dos duros quatro meses que o Governo da Grécia enfrentará. E nem na Alemanha nem na França há ainda indícios de um crescimento suficiente de alternativas de esquerda. Os tempos são difíceis e, apesar de algumas esperanças concretas, essas alternativas sociais e políticas têm de se afirmar em todos os países.

12 - Em Portugal, as declarações de Passos Coelho e de Cavaco Silva voltaram a deixar bem claro de que lado da trincheira está o Governo. Perante o espaço aberto pelo SYRIZA para a urgência da renegociação da dívida, a direita optou por continuar obediente ao *diktat* da austeridade e colaborar na chantagem que oprime os povos da Grécia, de Portugal e de todos os países da Europa. Neste quadro, o Partido Socialista mantém-se comprometido com o Tratado Orçamental e continua a ser uma voz ausente na defesa de uma política anti-austeridade.

13 – Perante esta situação, exige-se dos e das comunistas de Portugal uma solidariedade internacional que dê força ao povo grego e recuse a lógica dos “modelos”, que marcou tragicamente a história do movimento operário e popular internacional. O respeito pela luta do povo grego, pelo seu processo de emancipação nacional e social, não nos compromete com as suas alianças ou escolhas táticas presentes ou futuras, e não nos aconselha nem a uma prática de justificação, nem de seguidismo, nem de educadores do povo grego. Após a vitória eleitoral da Esquerda Radical, o futuro do povo da Grécia depende da sua própria luta social e de uma necessária aliança com outros povos europeus. E a expressão da nossa solidariedade internacional passa principalmente por não abandonar o combate também em Portugal.



## **II – Resgatar o Ideal Comunista no confronto com a Austeridade**

**A atualização e divulgação do marxismo, em tempo de crise do sistema político e económico, é uma tarefa perante a qual os comunistas organizados na UDP só podem responder: presente!**

8ª Conferência Nacional da UDP, Almada, 7 e 8 de dezembro de 2013

### **2.1 A reafirmação de um papel próprio da UDP**

14 – Em Portugal, a nossa associação comunista tem afirmado a necessidade dessa luta pela transformação social. Na tese “Por uma maioria social contra a austeridade” (7ª Conferência Nacional da UDP, Lisboa, 2 e 3 de junho de 2012), a UDP sublinhava: “à esquerda procuram-se as maiorias sociais que rompem com o centro austeritário”. Essa alternativa de poder, como a experiência grega demonstrou e independentemente dos desfechos, só se constrói em oposição clara à austeridade e aos partidos da Internacional Socialista e da Direita.

15 – Os membros da UDP renovam a confiança no papel do Bloco de Esquerda para a construção dessa maioria social. O pluralismo e o carácter autónomo e anticapitalista do Bloco de Esquerda só pode ser garantido pela democracia interna do Bloco. E a IX Convenção Nacional do Bloco de Esquerda deu provas da força da democracia bloquista.

16 – Como dissemos em 2012, “A UDP orgulha-se de ter proposto a formação do Bloco de Esquerda, partido/movimento defensor do socialismo, do feminismo, da ecologia, do poder democrático dos povos”. O Bloco de Esquerda é hoje um espaço de múltiplas pertenças e sensibilidades, onde as tendências legalmente constituídas e outras de carácter informal têm um papel particular mas não exclusivo no debate e na decisão. Revela-se assim acertada a referência feita na Resolução “Aprofundar a Democracia, reforçar o Bloco de Esquerda” (7ª Conferência Nacional da UDP, Lisboa, 2 e 3 de junho de 2012): “a tarefa do envolvimento na vida do partido/movimento do maior número de militantes é, em si, a garantia de enraizamento e renovação do Bloco e mesmo da esquerda popular”.

17 – Continua válida a nossa declaração de Fevereiro de 2013: “Há muito que a UDP abdicou de agir organizadamente na vida quotidiana do Bloco. Esse caminho é para ser prosseguido”. Nessa resolução da Conferência Extraordinária “Marxistas também amanhã” (24 de fevereiro de 2013), tal como na 7ª Conferência (2012), assumimos que a nossa existência enquanto

associação comunista não tinha como função ou desígnio exercer “disciplina de voto” no Bloco de Esquerda.

18 – Reafirmamos, como nas “Dez teses sobre a UDP e o Bloco no tempo das Tendências”(8ª Conferência Nacional da UDP, Almada, 7 e 8 de dezembro de 2013), que “A UDP não desiste nem se transmuta em qualquer tendência do Bloco de Esquerda, nem lhe cabe apoiar organizadamente quaisquer tendências que nele se venham a constituir”. O papel da UDP é outro.

## **2.2 – Tarefas da UDP no resgate do ideal comunista**

**O resgate do ideal comunista para a consciência coletiva só pode ser feito pela ação dos e das comunistas nas lutas sociais e políticas em que participam e na divulgação e debate de ideias. O marxismo renova-se com essa prática de luta e de debate. A UDP não se demite desse combate.**

19 – O ideal comunista, uma aspiração fundada no desenvolvimento histórico e nos interesses dos trabalhadores e dos povos, é frequentemente deturpado pela ideologia dominante e caricaturado. Na opinião pública/publicada portuguesa, é no mínimo uma peça do relicário do “PCP” e no máximo o perigo das tragédias do socialismo real. Em alguns círculos académicos e da social-democracia radical e dos anarquistas, é ainda sinónimo de filósofos da moda, como Slavoj Žižek, Antonio Negri ou Alain Badiou, que causam mais confusão do que progresso no campo da esquerda. Quarenta anos depois do 25 de Abril, o papel dos e das comunistas de Portugal é apagado da história oficial e da consciência coletiva. O número especial d’ A Comuna sobre o 25 de Abril e Colóquio sobre o Marxismo foram instrumentos desse combate pela afirmação do ideal comunista mas há muito trabalho a fazer.

20 – **O desafio de conquistar a consciência de classe coletiva exige mostrar exemplos coletivos e individuais de experiência de luta.** A batalha pela consciência de classe é um enorme desafio. No tempo que vivemos, a classe trabalhadora de um modo geral não se reconhece enquanto classe. E nas gerações mais jovens esse problema é ainda maior. Os “colaboradores” resignam-se ao despedimento porque “a empresa teve de descontinuar ativos”, resignam-se à precariedade porque aceitam que “as empresas têm que ser flexíveis para responder ao mercado”, aceitam com passividade “não ter direitos na saúde ou na educação porque o Estado não pode dar tudo”. A cultura dominante da concorrência entre si divide os trabalhadores e as trabalhadoras, coloca todos contra todos.

21 – O sucesso eleitoral de uma força como o SYRIZA e, numa linha diferente, o crescimento do fenómeno eleitoral Podemos no Estado Espanhol colocam questões sobre o papel, ao nível do

discurso e da consciência popular, que é dado à classe trabalhadora. “Burguesia”, “a casta”, “a elite”, “os de cima”, “a classe trabalhadora”, “o proletariado”, “o precariado”, “os que trabalham”, “os de baixo”: a identificação das classes em luta é feita de que forma e com que consequências?

22 – A fuga do protesto contra o sistema para a abstenção ou para fenómenos como Beppe Grillo ou Marinho Pinto também exigem respostas. Sempre que esses fenómenos avançam, onde está a falhar a esquerda? Pensar essas questões é um desafio para os novos tempos, alicerçado numa experiência individual e coletiva, assente nos pilares do marxismo, um desafio individual e de conjunto, para a luta toda.

23 - Em Portugal, foram progressos da UDP a análise do imperialismo global, o reconhecimento do proletariado atual como classe ampliada e heterogenia das e dos trabalhadores, o reconhecimento da interdependência da luta dos trabalhadores e dos povos da Europa para o futuro de socialismo, a tese de que o Estado de direito socialista e uma sociedade com pluralismo político é fundamental para o futuro do socialismo.

24 – A experiência de luta dos e das marxistas portugueses é essencial para ganhar a batalha ideológica, para vencer o medo como na Grécia. Há um fio histórico que une lutadores de diferentes gerações, momentos de luta, avanços e recuos, testemunhos vivos do nosso combate contra a exploração e a opressão; todos esses contributos e experiências são referências de futuro.

25 – **Consciente desse acervo de luta, a UDP precisa de encontrar novas formas de debate e divulgação do ideal comunista.** No contexto dos 40 anos da UDP, o Colóquio “Marxismo no sec XXI: Novos desafios da Esquerda” pôs em debate questões fundamentais acerca da **atualidade da luta pela democracia popular, o papel da vanguarda e da sua renovação nas mobilizações populares dos últimos tempos.** A realização deste tipo de conferências revelou-se proveitosa e identificou-se a necessidade de realizar novos momentos de debate de qualidade sobre aqueles temas.

26 – A publicação d’ **A Comuna** nr. 31 (I semestre 2014) edição Especial 40 Anos do 25 de Abril e a publicação d’ **A Comuna** nr. 32 (II semestre 2014) dedicado ao tema 100 ano da I Guerra Mundial e Política Internacional são um dos exemplo recentes dos contributos da UDP. No entanto, é importante ter em conta que os objetivos a que se propunha o documento “A Comuna 2.0”, debatidos pela Direção Nacional e pelo Conselho de Redação, se revelaram demasiado ambiciosos. Na prática, a revista dedicou-se principalmente à agenda política

internacional, desde a crise da Ucrânia à Guerra da Palestina, das eleições brasileiras às gregas, passando pelo referendo da Escócia e outros debates da questão nacional. Simultaneamente publicou relatos de experiência e reflexões sobre o 25 de Abril e cobriu a agenda de algumas lutas sindicais e polémicas e causas feministas e LGBTI.

27 - A Comuna é uma revista de ativistas políticos e sociais, essa riqueza pode ser potenciada reconhecendo a prioridade que os e as ativistas dão às lutas e movimentos em que estão envolvidos. **É tarefa da próxima Direção Nacional encontrar a melhor forma de otimizar essas características da revista.**

28 – Num momento em que o conservadorismo recupera espaço na sociedade, uma edição e/ou um momento de encontro dedicado ao tema **“Catarina Eufémia, mulher e trabalhadora”** seria um pretexto para reagrupar novas e velhas questões do feminismo e do marxismo.

29 – No mesmo sentido, a UDP deve dar continuidade à organização de colóquios sobre **atualidade do marxismo e a história do movimento operário.**

30 – O **combate antifascista**, cada vez mais atual na crise europeia, é um tema prioritário. Combinar experiências de luta e recuperação de documentos com a análise dos novos movimentos da extrema-direita é o desafio.

**As e os comunistas organizados na UDP renovam o compromisso de prosseguir o combate à austeridade atual, à reemergência do fascismo e do conservadorismo, e de resgatar o ideal comunista através da sua ação em todos os movimentos sociais e políticos onde atuam.**

**A nossa associação comunista deve prosseguir o caminho da divulgação do marxismo e da sua história. A Direção Nacional, diretamente ou através de grupos de trabalho, fica mandatada para encontrar e realizar as formas para prosseguir as tarefas propostas pela Conferência Nacional, avaliando os prazos e os meios mais adequados para a sua concretização.**

# **Proposta de Homenagem a Paulo Martins**

---

*aprovada*

## **Considerando:**

- 1 – Que Paulo Martins destacou-se como o mais relevante dirigente comunista reconhecido nascido na Madeira.
- 2 – Que Paulo Martins se destacou desde muito jovem na luta pelos direitos democráticos do povo Português e na luta autonómica.
- 3 – Que Paulo Martins desenvolveu vários pensamentos e reflexões políticas e ideológicas ao longo de mais de 40 anos.

## **Proponho:**

**Que a Direção Nacional da UDP promova uma conferência para tirar as lições e as reflexões da vida política de Paulo Martins.**

**Eduardo Pires**

11-04-2015

# Relatório da Comissão de Direitos

---

*aprovado*

À Comissão de Direitos chegou apenas uma ata relativa às reuniões locais ou regionais de debate preparatório da IX Conferência da UDP: Setúbal – 15 presenças (4 mulheres e 11 homens).

Ter-se-á realizado uma outra reunião no Algarve da qual não foi ainda rececionada a ata.

A Comissão de Direitos não recebeu qualquer queixa ou reclamação relativa ao processo desta IX Conferência, sendo certo que foram distribuídas 3 Tribunas, para as quais todos os membros interessados puderam enviar contributos.

Face aos elementos que são do nosso conhecimento, concluímos que o processo da IX Conferência decorreu com respeito pelos direitos estatutários das e dos membros da UDP.

11 de Abril 2015

A Comissão de Direitos



# Relatório de Atividades da DN UDP 2014/15

*aprovado*

Ao longo do ano 2014/15: Publicação de artigos em **acomuna.net** e atualização do site institucional **udp.pt**, recuperaram-se para suporte digital publicações antigas, estabelecimento de algumas novas colaborações internacionais com A Comuna, continuação da tradução de artigos internacionais, dinamização da página **facebook.com/AComuna**, com 2000 seguidores.

## Fevereiro 2014

- **Reunião da DN de 9 de Fevereiro.** Discussão e aprovação na generalidade do documento o documento de trabalho "A Comuna 2.0"; discussão de "Situação política, eleições europeias e austeridade permanente" e "40º Aniversário da UDP".

## Abril 2014

- Reunião do **Conselho de Redação d' A Comuna de 4 de Abril.** Em conformidade com as reuniões da DN de 9 de Fevereiro 2014 o Conselho de Redação colocou em marcha os planos par a revista semestral.

- **Reunião da DN de 6 de Abril.** Discussão da "carta de 27 camaradas da UDP".

- Participação de Joana Mortágua numa conferência sobre o **25 de Abril n'A Coruña (Galiza)** junto com Xavier Vence porta-voz nacional do Bloco Nacionalista Galego e Xosé Manuel Carril, porta-voz do grupo municipal do BNG.

- Participação na homenagem ao **Padre Max** em Vila Real.

## Maio 2014

- **Publicação d' A Comuna nr. 31** (I semestre 2014) edição Especial 40 Anos do 25 de Abril.

- Participa na homenagem a **Catarina Eufémia**.

#### Junho 2014

- **Reunião da DN de 8 de Junho** (inicialmente prevista para 31 de maio e desconvocada devido ao colóquio "O movimento operário e as greves contra a corrente. Maio - Setembro de 1974"). Discussão do documento de trabalho "Tendências do Bloco de Esquerda – contributo para análise de uma realidade em desenvolvimento" e da resolução "As europeias e a sobrevivência da direita na Europa e em Portugal".

#### Setembro 2014

- **DN UDP de 7 de Setembro.** Ponto único "Comemorações Aniversário da UDP".

#### Outubro 2014

- **Publicação d' A Comuna nr. 32** (II semestre 2014) dedicado ao tema 100 ano da I Guerra Mundial e Política Internacional.

#### Dezembro 2014

- **Colóquio Marxismo no sec XXI: Novos desafios da Esquerda.** Manuel Monereo (dirigente da Izquierda Unida), o economista Xosé Manuel Beiras (porta-voz nacional da ANOVA, Galiza) e o dirigente associativo Alberto Matos (dirigente da UDP e Bloco de Esquerda).

- **Jantar do 40º Aniversário da UDP** com momento musical com a presença de mais de 200 pessoas.

#### Janeiro 2015

- **Reunião da DN de 30 de Janeiro.** Discussão e aprovação de Regulamento 9ª Conferência Nacional da UDP; Regimento da Tribuna; e Proposta de Regimento da 9ª Conferência Nacional da UDP.

#### Fevereiro 2015

- **Reunião da DN de 15 de Fevereiro.** Discussão de Teses e Relatório de Atividades.

# Anexos

---

1 – Saudação da União do Povo Galego .....	16
2 – Lista A – afeta à tese “A afirmação do ideal comunista no confronto com a austeridade” .....	17
3 – Lista B - afeta à tese “Na era da austeridade” .....	18
4 – Teses alternativas “Na era da austeridade” .....	19
5 – Proposta de alteração ao regimento A .....	25
6 – Proposta de alteração ao regimento B .....	26



*Avenida de Lugo, 219, 1º – 15703 Santiago de Compostela – Galiza*  
*Teléfono: (+34) 981 566 609 – internacional@uniondopovogalego.org*  
*www.uniondopovogalego.org / www.terraetempo.com*

**À 9ª Conferência Nacional  
União Democrática Popular  
Portugal**

Camaradas:

Com motivo da celebração da vossa 9ª Conferência Nacional queremos que recebais cumprimentos da União do Povo Galego, desejando que os debates e os acordos adoptados por esta Conferência permitam atingir os objectivos que nela vos marcais, uns objectivos que sem querer interferir nos vossos debates queremos que saibais que partilhamos pois como partido comunista patriótico da Galiza também lutamos pela afirmação do ideal comunista.

Desde há anos as nossas organizações têm partilhado muitos momentos de luta, debate e convívio tanto com presença de militantes vossos na Galiza como nossos em Portugal, ajudando esse contacto a conhecermos melhor as lutas dos nossos respectivos povos e os posicionamentos políticos das nossas organizações, uma realidade que aguardamos poder intensificar no futuro.

Reiteramos a nossa amizade e camaraderia.

Santiago de Compostela; 10 de Abril de 2015

Duarte Correa  
Secretário de Relações Internacionais

A

## IX Conferência da União Democrática Popular – Associação Política

### Lista candidata aos órgãos da UDP-AP

#### Mesa da Conferência Nacional

**Presidente:** Luís Filipe Pereira

**Vice-Presidente:** Pedro Oliveira

**Secretária:** Fátima Barata

**Secretário:** Vítor Edmundo

**Secretário:** Vítor Ruivo

#### Comissão de Direitos

**Presidente:** José Castro

**Vice-Presidente:** Miguel Pinto

**Secretária:** Eduarda Monteiro

**Secretário:** Timóteo Macedo

**Secretária:** Helena Oliveira

#### Direção Nacional

**Presidente:** Mário Durval

Almerinda Bento

Bruno Góis

Cipriano Pisco

Fátima Pinheiro

Vítor Pires

Isabel Pires

Rui Novais  
João Montenegro  
Bruno Góis  
Isabel Pires  
Catarina Oliveira  
Thais Juliana Ferreira  
Alberto Reis  
António João Am  
Gaspar  
Isabel Aires  
João Gomes

9.ª CONFERÊNCIA NACIONAL DA UDP

PROPOSTA DE LISTA PARA A DIREÇÃO NACIONAL

**Efetivos**

Carlos Santos

Ana Paula Canotilho

José Casimiro

Alexandra Ricardo

Pedro Soares

Ana Cansado

Romão Ramos

**Suplentes**

Lídia Fernandes

António Soares Luz

Francisco Tomás

Renato Soeiro

José Maneira

Ana Gonçalves

Roberto Almada

Esmeralda Mateus

Carlos Matias

Alberto Sousa

Luís Gomes

Ricardo Salabert

Manuela Tavares

Vítor Ferreira

Mário Tomé

Ana Sartóris

Jorge Lourenço

Paulo Ricardo

Pedro Saraiva

~~Francisco Tomás~~ - Lisboa

Alexandra Ricardo - Lisboa

José Maneira - Lisboa

Lídia Fernandes - LISBOA

Jorge Gil Lourenço

Francisco Romão R. R. - Santarém

Roberto Almada - Madeira

Pedro Soares



## CONFERÊNCIA NACIONAL DA UDP-AP

Abril.2015

### Proposta de Teses

#### 1. Na era da austeridade

- i) **Os governos neoliberais utilizaram a crise como argumento para impor a austeridade e abrir um novo ciclo de redução dos salários diretos e indiretos do trabalho, agravar o empobrecimento de largos setores da população, resgatar o sistema financeiro e concentrar os rendimentos no topo da pirâmide social.**

A crise despoletada em 2007 obrigou líderes políticos e responsáveis financeiros a prometerem, sob pressão de uma desagregação incontrolável à vista, medidas de regulação e de supervisão para prevenir novos desmandos da banca. O investimento público para combater a depressão económica chegou a ser recomendado pelo FMI. Porém, após uma primeira fase, entre 2008 e 2009, de expansão orçamental e de promessas de maior regulação do sistema financeiro, com aumento das despesas para apoios à banca e medidas de amortização da crise, a resposta do capital assentou, a partir de 2010, numa política de restrições orçamentais com atenções centradas na dívida e nos défices, acompanhadas de uma austeridade severa.

- ii) **O neoliberalismo retirou capacidade de decisão democrática aos povos e, sob a propaganda de “menos Estado”, reconfigurou o Estado, adaptou-o aos seus interesses e necessidades e reforçou-se.**

As políticas de tipo neoliberal, caracterizadas pela liberalização dos mercados, desregulamentação das relações laborais, privatização das empresas e serviços públicos, agravamento da pobreza, das desigualdades e da acumulação máxima da riqueza numa elite, são a ideia hegemónica do capitalismo desde a década de 80 do Século passado. Liberais e sociais-democratas amalgamaram nos respetivos programas de governo uma narrativa comum sobre a inevitabilidade daquelas políticas, segundo o princípio thatcherista *there is no alternative*. Consumaram, em aliança, o fim do capitalismo keynesiano do pós-Guerra, fizeram intervir os governos para a financeirização da economia e traçaram novos recuos nos direitos laborais e sociais. Na

União Europeia (UE) impuseram Maastricht, o Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC), o Tratado de Lisboa, o Semestre Europeu e o Tratado Orçamental, tudo o que é necessário para um crescente controlo sobre os orçamentos e as economias dos Estados membros.

- iii) **A era da austeridade configura o tempo do agravamento das políticas neoliberais e do conservadorismo antidemocrático. Trata-se de uma mudança profunda, com consequências sociais, políticas e eleitorais ainda imprevisíveis, crescimento dos populismos, do racismo e xenofobia, mas que a esquerda socialista tem de enfrentar com autonomia estratégica e amplitude política.**

A imposição das políticas neoliberais de austeridade já se prolonga por um tempo histórico equivalente ao dos “30 anos dourados” do capitalismo pós-Guerra. Trata-se de uma mudança de fundo que se estendeu e agravou nos últimos anos. Nesta época de capitalismo global – em que a exploração dos trabalhadores e a apropriação de rendimentos pelas transnacionais são globais – cerca de 90% da população mundial nos vários continentes já vive sob o jugo da austeridade e as medidas de agravamento das condições de vida são cada vez mais extremas. Em muitas regiões do globo, mesmo na Europa, estão em causa direitos humanos básicos, como os direitos essenciais de acesso à água, alimentação, eletricidade, habitação ou cuidados elementares de saúde.

O capitalismo neoliberal global desvaloriza e fragmenta o trabalho, mercantiliza as relações sociais, cria desemprego e precariedade em larga escala, aumenta os fatores de exclusão social. O capitalismo neoliberal transnacionalizado globaliza a exploração, a miséria e as desigualdades, promove o desemprego estrutural e a precarização liberalizando o trabalho à escala mundial, através da Organização Mundial do Comércio -OMC-, ou agora com a negociação do TTIP que decorre entre a UE e os EUA para a criação de uma nova área de livre comércio e investimento.

É por isso que a imposição da austeridade implica alterações políticas conservadoras e autoritárias nos regimes. Para conseguir assegurar a retirada de direitos económicos e sociais, o capital recorrerá à restrição dos direitos políticos e democráticos dos povos.

## **2. Grécia confronta ortodoxia austeritária na UE**

- i) **O estrangulamento financeiro da Grécia, país economicamente devastado por ondas sucessivas de austeridade, é o caminho adotado por liberais e sociais-liberais europeus para estancar o “mau exemplo” da esquerda radical grega que ousou desafiar, com consequências práticas, a ortodoxia da troika. Contra um governo democraticamente eleito que quer uma alternativa à austeridade, repete-se a aliança que impulsionou e apoiou Maastricht.**

A vitória eleitoral do Syriza na Grécia abriu na Europa o primeiro grande confronto político com a via austeritária da UE. O incómodo dos líderes europeus, desde logo do governo alemão e dos seus mais fiéis seguidores, face às mudanças do novo governo grego fazia prever uma grande dificuldade na negociação de um quadro financeiro que permitisse aos gregos enfrentar a crise mantendo-se na zona euro. Os compromissos dos governos anteriores com a troika, que colocam a Grécia perante o dilema de pagar à troika e cair na banca rota interna ou de entrar em *default* internacional e ficar sem meios de pagamento externos, são agora utilizados para fazer ajoelhar o povo grego às exigências da austeridade. A resposta grega tem afirmado a defesa dos seus compromissos eleitorais com o povo, mantendo a linha de separação com as políticas neoliberais.

- ii) **Mais do que antecipar cenários sobre as condições que a Grécia enfrentará nas próximas semanas, compete à esquerda em Portugal preparar-se com toda a mobilização possível para enfrentar esse combate que vai atravessar o período eleitoral para as legislativas de setembro/outubro. No centro desse debate estão a luta contra a austeridade e a exigência da renegociação da dívida, principais instrumentos da elite liberal europeia para a opressão sobre o trabalho.**

A solidariedade da esquerda socialista europeia com uma alternativa antiausteritária, a par da ampliação da base social de apoio às propostas do Syriza na Grécia, poderá ser decisiva neste combate profundamente desigual. Até junho próximo, as contradições na burguesia europeia, nomeadamente o receio de uma catástrofe para a zona euro em caso de “Grexit”, a aproximação de eleições em vários países e a conjuntura internacional, podem criar condições para que o confronto que o governo do Syriza conduz na UE contra a austeridade tenha resultados. Se não for rompida a asfixia financeira sobre a Grécia, ao governo resta-lhe tomar medidas que protejam o povo

grego. À esquerda é obrigatória a solidariedade internacionalista e a luta pela desconstrução da narrativa da eurocracia liberal que impõe o “cumprimento das regras”, com a denúncia das desigualdades e do endividamento que se aprofundam drasticamente sob o euro e a união económica e monetária.

### **3. O Bloco é essencial no combate à austeridade**

- i) O Bloco de Esquerda já demonstrou ter condições políticas para ganhar setores populares, ampliar o espaço da luta social, juntar forças e contribuir para a configuração de uma alternativa política anti-austeritária. O reforço deste campo político necessita do crescimento do Bloco nas eleições legislativas.**

As próximas batalhas eleitorais, legislativas e presidenciais, serão decisivas para a definição do campo capaz de enfrentar no próximo ciclo político a persistência da ofensiva contra o Estado social, os salários e os direitos laborais, o crescente empobrecimento de cada vez mais setores da sociedade sujeitos à diminuição dos rendimentos e ao desemprego. Este campo tem de colocar como objetivo primeiro contribuir para a expressiva derrota da direita que aplicou a austeridade, fez recair sobre os assalariados e a pequena economia os custos da crise, desprotegeu os mais frágeis, atirou o país para a recessão até o desemprego atingir as taxas mais altas de sempre desde o 25 de abril. Ao mesmo tempo que é fundamental derrotar a direita, o campo da esquerda à esquerda do social liberalismo precisa de ampliar a sua influência social e polarizar nas eleições uma alternativa de combate radical à austeridade, à corrupção, aos resgates da banca à custa dos impostos, às imposições do tratado orçamental, às desigualdades e discriminações. A esquerda não pode hesitar nas propostas claras sobre a dívida, a reconstrução do país para a criação de emprego, a reposição dos direitos roubados, a defesa da cidadania e da democracia a todos os níveis.

- ii) É o espaço para crescimento do Bloco que reforça o campo contra a austeridade. Os resultados das eleições regionais da Madeira trouxeram confiança e demonstraram, em condições muito adversas, que o Bloco pode crescer apesar da fragmentação partidária e da bipolarização.**

O reconhecimento, pelos vários “donos disto tudo”, do papel que o Bloco tem na recomposição de uma esquerda capaz de disputar maiorias sociais, levou ao ataque mais prolongado e concentrado que uma força política teve nas últimas décadas. A desagregação era o objetivo inúmeras vezes anunciado na imprensa.

A coerência política das propostas sobre a crise que o Bloco foi capaz de apresentar e manter com combatividade, encontrou no debate europeu provocado pela vitória grega um novo espaço de interesse, simpatia e credibilidade na opinião pública. É uma nova esperança.

Neste debate, o PS acomodou-se ao “cumprimento das regras”. Quer manter o consenso europeu simbolizado pela aliança CDU/SPD no governo alemão. Não está interessado em demarcar-se dos compromissos europeus com os liberais e acaba por alinhar nos ataques ao governo grego. É uma nova desilusão.

Com a crise do euro e os desafios colocados pelas mudanças na Grécia como pano de fundo, o quadro político mudou nos últimos meses. O país não suporta mais a continuação do desemprego, a emigração dos mais jovens, as crises na saúde, na justiça e na educação. Os casos de corrupção acumulam-se e já envolvem altos quadros do Estado, com ligações a ministros e aos partidos do governo. A direita sente-se obrigada a coligar-se e a fazer o discurso dos “cofres cheios” para disputar eleições. O PS perdeu a expectativa de uma vitória retumbante e com maioria absoluta, como António Costa tinha anunciado antes de ser perceptível o vazio de propostas alternativas.

O Bloco ganhou condições para disputar as eleições legislativas com a ambição de crescer e contribuir para um polo de esquerda que sustente uma alternativa à austeridade. A unidade do Bloco para uma vitória neste combate é imprescindível e responsabiliza a todos.

#### **4. O contributo da UDP**

- i) O resgate do marxismo e do ideal comunista concretiza-se nas múltiplas lutas em defesa dos trabalhadores e dos povos, nas lutas laborais, locais e de rua, na construção dos inúmeros movimentos sociais que ambicionam o progresso da humanidade contra todo o tipo de discriminações, de retrocessos sociais ou de ataques à natureza.

A reflexão sobre a crise do capitalismo, a análise das lutas de classes e os caminhos da luta pelo socialismo são contributos essenciais que a UDP deve assumir. Os debates teóricos do marxismo refletem a evolução do mundo das ideias e devem encontrar espaço e meios para que se desenvolvam com a participação de todas/os. É preciso reavivar e divulgar esse trabalho coletivo da Associação.

- ii) A UDP considera que o Bloco constitui o fator mais importante na sociedade portuguesa para a renovação e recomposição da esquerda anticapitalista. Há muito que abdicou de intervir organizadamente nas decisões do Bloco, mas não se alheia dos debates que o determinam.

A unidade do Bloco não é contraditória com a existência de diversas sensibilidades, correntes ou tendências no seu seio. A compreensão da riqueza dessa diversidade obriga a uma constante exercício de encontro de plataformas de unidade política, assumidas abertamente, sem o que as sensibilidades ou tendências tendem a adquirir um comportamento de grupo, com interesses próprios que se sobrepõem aos do Bloco. A UDP deve estimular os seus militantes a contribuírem ativamente nesse sentido da procura da unidade.

Alberto Sousa

Alexandra Ricardo

Ana Cansado

Ana Gonçalves

Ana Sartóris

Ana Paula Canotilho

António Soares Luz

Carlos Matias

Carlos Santos

Esmeralda Mateus

Jorge Lourenço

José Casimiro

José Maneira

Luís Gomes

Manuela Tavares

Mário Tomé

Paulo Ricardo

Pedro Saraiva

Pedro Soares

Renato Soeiro

Ricardo Salabert

Roberto Almada

Romão Ramos

Vítor Ferreira



## Proposta de alteração ao Regimento da 9.ª Conferência Nacional da UDP-AP

5. [...]

a) As listas candidatas aos Corpos Sociais cumprem o método de lista fechada, associada a um dos documentos políticos em discussão, constituída por 7 membros efetivos, subscrita por 5 conferencistas e com apuramento proporcional direto.

b) [...]

73 votos a favor

c) [...]

d) A votação decorrerá no período - 14h30m às 17h00m

Subscritores: Joana Mortágua, Pedro Filipe Soares, Fabian Figueiredo, Isabel Pires, Francisco Alves, Alberto Matos, Bruno Góis, Nelson Peralta

aprovado por  
maioria

### **Dos Estatutos:**

#### *Secção II - Sistema Eleitoral*

#### *Artigo 16.º*

1. [...]

2. As eleições para qualquer cargo são realizadas em listas fechadas, de acordo com o número de candidatos e candidatas pré-fixado pela respectiva assembleia.

3. [...]

4. [...]

5. [...]

6. [...]

Proposta

B

Regimento da 9ª CN da UDP

5. (...)

- a) As listas candidatas aos corpos locais, cujo método é lista fechada, associada a um dos documentos políticos em discussão, constituída por 30 membros efetivos, subscrita por 5 conferencistas e com apuramento proporcional direto.

25 votos a Favor

Pedro Passos

22 1 2 3 4

22

1  
22